



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

1 **Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 05/08/2021**

2 No quinto dia de agosto do ano de 2021, às 14h00min, via videoconferência - no seguinte
3 endereço: conferencia.pr.gov.br/ComitelLGBT, deu-se início à Reunião Ordinária do
4 Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas,
5 Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná (Comitê LGBT – PR).
6 Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia, **Titular Governamental: Ana**
7 **Raggio** (SEJUF) e **Mara Carmem Ribeiro Franzoloza** (DDCIST/SESA).
8 **Convidados(as)/Colaboradores(as):** **Fernando Roberto Ruthes** (Assessor da
9 Diversidade Sexual da Prefeitura de Curitiba); **Thamirys Nunes** (Aliança Nacional
10 LGBTI+ e Grupo Dignidade); **Bruna Ravena** (Casa de Malhú); **Luana Barros**
11 (NUCIDH/DPE), **Liza Minelly** (Grupo Esperança); **Rafaelly West** (Aliança Nacional
12 LGBT+ e Grupo Dignidade); **Luciane Ribeiro** (SESA – CPATT); **Camila Menezes**
13 (DDCIST/SESA); **Juliana Taques** (DDCIST/SESA); **Lucimar Godoy** (SESA); **Olga**
14 **Regina Cotovicz de Castro Deus** (SESA); **Rosane Freitas** (SESA); **Andressa Verchai**
15 **de Lima** (CPATT/SESA); **Saulo Gaspar** (Gestor da Política LGBT em Maringá);
16 **Karollyne Nascimento** (Transgrupo Marcela Prado); **Mateus Cesar Costa** (Grupo
17 Dignidade); **Regina Célia Vitória** (SEED); **Andrea Lino Lopes** (MPT PR); **Gisleida**
18 **Ribeiro** (IBDSEX); **Fabian Algarte** (Aliança Nacional LGBTI); **Jéssica Magno** (Rede
19 Trans de Maringá); **Renata Borges**; **Douglas Oliani** (SINEPE/PR); **Egigar Gomes**
20 **Zioikowski**; **Daiane Pego** (Residente Técnica – SEJUF). **Abertura:** Ana Raggio deu
21 início à reunião saudando a todos, todas e todes presentes. **1. Aprovação da Pauta:** A
22 colaboradora Jéssica Magno solicita a alteração no ponto de pauta ‘12. Projeto de Lei
23 sobre a reserva de vagas de emprego, ou estágio para pessoas trans’ para ‘12. Projeto de
24 Lei sobre a reserva de vagas de emprego e estágio para pessoas trans’; alteração
25 aprovada. Pauta aprovada. **2. Aprovação da ata de reunião ordinária de Julho de**
26 **2021:** ata aprovada sem alterações e encaminhada para posterior publicação no DIOE e



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

27 no site. **3. Diálogo com o SINEPE sobre pessoas LGBTI+ na educação privada:** o
28 presidente do SINEPE, Douglas Oliani, fez-se presente na reunião do Comitê.
29 Cumprimentou a todas as pessoas presentes. A coordenadora Ana Raggio informou que
30 dialogou com o Douglas sobre a empregabilidade das pessoas trans, levando-o a
31 contemplar a realidade vivenciada pela população LGBT+ enfocando-se nas pessoas
32 trans. Ainda, contextualizou sobre o que pretende-se discutir nessa pauta e realizou
33 alguns apontamentos quanto à violação de direitos no ensino público e privado. Ademais,
34 informou que realizou-se o pedido de que o presidente do sindicato estivesse na reunião a
35 fim de que se estabeleçam formas de trabalhar em conjunto entre o Comitê LGBT e o
36 SINEPE para ampliar as orientações para as escolas da rede privada sobre a atenção à
37 população LGBTI+ no contexto educacional. Ana ratificou que existe a normativa nacional
38 sobre o uso do Nome Social para pessoas travestis e transsexuais, mas que as demais
39 abordagens devem seguir através de orientações – como existe na SEED quanto ao uso
40 de banheiros, enfrentamento à discriminação (nomeado *bullying*) e afins. Douglas expôs
41 averiguar que a educação já tende a ter atenção e cuidado com o tema, relato que parte
42 de sua experiência na presidência do sindicato e dirigindo escolas de diferentes,
43 salientou; disse que no Ensino Superior o trato com o nome social já é difundido e
44 estabelecido, lugar onde ocorre de forma mais constante. Expressou que as escolas
45 seguem as legislações e regulações específicas a tais questões – portanto, a intervenção
46 intentaria nortear e orientar todas as questões que forem necessárias junto às escolas
47 particulares. A colaboradora Thamyris Nunes expressou que já havia procurado reunião
48 com o SINEPE, mas não houve sucesso; manifestou contrariedade ao que foi exposto por
49 Douglas, destacando que sua filha transacionou com 04 (quatro) anos de idade e teve
50 propostas de escolas da rede privada que para liberar a matrícula dela teria que assinar
51 um termo isentando a escola de qualquer ocorrência transfóbica ou do gênero; por isso,
52 apontou, na realidade, um despreparo, enquanto também não obteve resposta da
53 SINEPE para abordar a situação e trabalhá-lo. Thamyris inclusive relatou que houve
54 professores que se recusaram a dar aula para sua filha, e ainda expressou que compõem



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

55 um grupo com mais 38 (trinta e oito) famílias de Curitiba onde se relata que adolescentes
56 e crianças enfrentaram problemas com professores e coordenadores com a temática
57 LGBTI+. A colaboradora Jéssica expressou que em 2019 matriculou-se em Universidade
58 Privada e lá não encontrou qualquer normativa interna relacionada ao Nome Social, assim
59 como não havia preparo ao tema – obtendo amparo somente na assistência jurídica a
60 partir de um contato particular, por ter um relacionamento pessoal, que direcionou a
61 instituição a respeitar a resolução estadual que já havia em vigor. Entretanto, ainda assim,
62 o secretário da Universidade, quando contestado, lhe disse para realizar a matrícula com
63 o nome que constava no registro (já que seu nome não estava retificado), exibindo um
64 absoluto despreparo para receber uma pessoa trans. Já a colaboradora Rafaelly
65 expressou reconhecer as dificuldades para gerenciamento presencial das universidades,
66 mas abordou algumas estratégias viáveis: dos avanços obtidos relacionados à educação
67 pública, perpassando as formações contínuas referentes ao tema, sugeriu que o comitê e
68 o sindicato determinem uma agenda afirmativa de ações voltadas à população LGBT+.
69 Propôs que o SINEPE elabore e publique uma Nota Técnica orientando as principais
70 demandas apresentadas pelo Comitê – principalmente referente a matrícula - e estipule,
71 com isso, estratégias, partindo do princípio do diálogo; portanto, a proposta é por
72 documentos técnicos e orientação continuada. A coordenadora Ana agradeceu a
73 participação de Douglas e falou sobre a importância da abertura para o diálogo e
74 expressou-se de acordo com as postulações. Douglas posicionou-se dizendo que todas as
75 partes contempladas são importantes, mas trouxe alguns esclarecimentos: disse que
76 apenas 15% das escolas particulares de ensino fundamental e médio são associadas ao
77 SINEPE, portanto, não havendo contato com a maior parte das instituições; no ensino
78 superior, as escolas particulares contam com 86% em âmbito nacional – portanto, não é
79 sua totalidade, apesar de ser a esmagadora maioria. O presidente disse que enviará o
80 documento que se pretende que seja elaborado, considerando a grande relevância que as
81 orientações trazem: por vezes, a ausência de uma abordagem adequada dá-se
82 justamente por desconhecimento dos gestores; a finalidade é de que a Nota chegue não



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

83 somente aos associados, mas que, a partir da respeitabilidade do sindicato, possa-se
84 pautar um alcance maior. Karol questionou quais abordagens o SINEPE realizou até
85 então, perguntando se a formação brota de um interesse individual ou se o sindicato
86 alguma vez realizou algum tipo de intervenção. O presidente disse que foi empossado em
87 janeiro de 2021, mas que sua participação vem de anos, tendo já presenciado diversas
88 ações nesse sentido, sobretudo no que diz respeito às regulamentações e regulações,
89 que incidem na necessidade de capacitação dos professores e gestores. Com isso, o
90 encaminhamento fora: o Comitê LGBT pautará internamente o formato de recomendação
91 a ser produzido, a fim de que possa ser encaminhado ao sindicato; a coordenadora Ana
92 Raggio ainda exprimiu ao presidente que lhe repassará as informações relacionadas ao
93 curso de formação, dos dias 10/08 a 23/09/2021, contando com 11 encontros, sendo que
94 o último abordará especificamente a educação. Adiante, passou-se à formação de um
95 Grupo de Trabalho para construção das orientações que serão repassadas às escolas,
96 onde ainda seguirá, para apoio na abordagem, uma explanação com os termos,
97 nomenclaturas e abordagens semânticas adequadas à pauta e ao referir-se a pessoas
98 LGBT+, observando-se a especificidade e pessoalidade de identidade de gênero e
99 orientação sexual. Os seguintes colaboradores e colaboradoras colocaram-se à
100 disposição: Thamirys Nunes, Jéssica Magno, Renata Borges, Rafaelly West, Karollyne
101 Nascimento, Bruna Ravena e Fabian Algarte. **4. Recomendação sobre a participação**
102 **de pessoas trans nos esportes:** encaminhou-se o e-mail com a recomendação anexa
103 para as colaboradoras que alegaram não o ter recebido, no caso, à Renata e à Jéssica. A
104 colaboradora Regina apontou que haveriam alguns ajustes a serem realizados na
105 redação da recomendação. Sendo assim, esse ponto será tratado novamente numa
106 próxima reunião. **5. Protocolo de encaminhamentos para Tratamento Fora de**
107 **Domicílio (TFD) no CPATT:** Introduzindo ao ponto de pauta, Ana Raggio informou à
108 colaboradora Bruna que não fora solicitado previamente à SESA explanação em relação
109 aos remédios e medicações da transferência do CPATT, sabendo-se, ainda, que a
110 Secretaria abordada trata os assuntos de maneira segmentada – ou seja, os



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

111 representantes presentes na reunião certamente não dominam o assunto, tendo em vista
112 que aí estão para explanar em relação ao TFD; contudo, apontou que as determinações
113 específicas levadas pela colaboradora tornar-se-ão ponto de pauta em reuniões futuras,
114 com especificidade. Às apresentações, tomou a palavra a Chefe do Depto. de Urgência e
115 Emergência, Olga Cotovicz. Expôs em sua apresentação que se trata de um trabalho
116 sério, que envolve muitas pessoas em todo Estado e em âmbito Nacional, com um
117 número expressivo de pacientes atendidos. Introduziu a exibição esclarecendo acerca do
118 que é regulação, contextualizando-a, dizendo que se trata de um processo de
119 operacionalização, monitoramento e avaliação de solicitações de consultas, internações,
120 procedimentos e exames realizados por um profissional de saúde, além do cumprimento
121 de protocolos – que são as normativas do SUS. A regulação atua nos atendimentos
122 ambulatoriais, hospitalares e de urgência e emergência. Apontou que a apresentação
123 incidirá sobre os termos de regulação ambulatorial, regulamentada através de portarias
124 ministeriais. Para atendimento em saúde, o Paraná divide-se em 22 regionais. A
125 apresentação em *slides* prosseguiu, e a Olga apresentou, de forma simplificada, para
126 visualização, o fluxo de tramitação dos pacientes, sendo o Estado um distribuidor de
127 agendas dos serviços disponibilizados, com as secretarias municipais encaminhando os
128 laudos dos pacientes em fila – em todos os atendimentos patológicos necessários,
129 regulados conforme sua exigência. A imprescindibilidade do encaminhamento médico,
130 que será cadastrada e averiguada pela Regional de Saúde, é uma das demandas para o
131 desenrolar e ação de intervenção em fluxo de pacientes. Olga esclareceu ainda que
132 agendamento de consultas, exames, atendimentos ambulatoriais do fluxo exposto é para
133 situação eletiva, não sendo adequadas às chamadas de urgência e emergência. Expressiu,
134 afinal, o TFD, instituído pelo Ministério da Saúde em 1999, consiste na ajuda de custos ou
135 transporte fornecido para tratamentos de média e alta complexidade de pacientes
136 portadores de doenças não-tratáveis em seu município de origem, dependendo da ação
137 da Rede de Atenção. As despesas permitidas ao TFD são relativas ao transporte aéreo,
138 terrestre ou fluvial do paciente – e seu acompanhante, se necessário – e permite



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

139 complemento de diárias para alimentação, pernoite, podendo ser autorizadas
140 previamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária do município ou Estado
141 concedente. Das legislações, além da lei da portaria ministerial, apresentou que há
142 deliberação da SESA (34/2017), que normatizou o encaminhamento TFD para dentro e
143 fora do Estado, e o já aprovado Manual para Regulamentação do Tratamento Fora de
144 Domicílio. Ainda dentro do escopo regulamentar, há a Câmara Nacional de Regulação de
145 Alta Complexidade, para pacientes que moram em Estados que não possuem tal
146 instrumento estabelecido, para que possam encaminhar o pedido de tratamento através
147 de um âmbito, no caso, a Câmara, e que este seja atendido a partir de outro Estado,
148 constando as áreas da cardiologia, oncologia, neurocirurgia, gastro ou traumato-
149 ortopedia, financiado pelo Ministério da Saúde. Olga ainda explanou brevemente dos itens
150 para atendimento, que constam nas regulamentações e que podem ser visualizados
151 acessando o link: [Manual TFD](#). A exibição do quadro geral, disse a representante da
152 SESA, serviu para evidenciar a dimensão da cobertura e relevância do TFD. Adiante,
153 passou à especificidade da CPATT. Anteriormente, exprimiu quanto as portarias que
154 regem o processo transsexualizador: a Portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013, que
155 redefine e amplia o Processo Transsexualizador no SUS - na modalidade ambulatorial, a
156 qual está vinculada o CPATT, e na modalidade hospitalar. No Paraná, temos a Portaria nº
157 3.233, de 29 de dezembro de 2016, que habilita o CRE Metropolitano, em Curitiba, para
158 realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transsexualizador; ou seja,
159 não é possível descentralizar a hormonoterapia, uma vez que incide a obrigatoriedade de
160 cumprimento da normativa nacional e que coloca que há toda uma habilitação para o
161 processo de distribuição da hormonoterapia. Disse que é possível abrir-se novos
162 ambulatorios, a partir da habilitação, evidentemente, mas que no momento há apenas tal
163 ambulatório reconhecido habilitado. Assim, avançou propriamente às atribuições e ao
164 histórico do CPATT. Disse que foi aberto em 2013, sendo iniciado o tratamento
165 multidisciplinar em 2014, tendo como principal demanda desde então a hormonoterapia. A
166 maioria dos atendimentos é de mulheres trans residentes em Curitiba. O fluxo para tal



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

167 atendimento ambulatorial deixou de ser solicitado de maneira direta e passou a ser
168 concebido em virtude à regulação do acesso através do agendamento, modulado a partir
169 dos pressupostos já supracitados, como encaminhamento proveniente da unidade básica.
170 A fila está instituída de maneira regulada, portanto, ainda que todos tenham o direito a ela
171 integrar, atendendo-se de acordo com a necessidade e os prazos estabelecidos. Sobre a
172 hormonioterapia, o que é organizado pelas portarias é o fornecimento das medicações às
173 pessoas trans, acerca do qual a chefe de departamento solicitou ao comitê que expresse
174 quais as dificuldades que têm sido visualizadas nesse processo. Ainda, a fim de não se
175 perder de vista, Olga por fim disse não haver nenhum serviço habilitado no Estado do
176 Paraná para o processo cirúrgico de redesignação sexual, dependendo-se dos poucos
177 serviços habilitados no Brasil - total de 06 (seis), localizados em: Recife, Vitória, Rio de
178 Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia - no formato TFD, que ainda se desdobram
179 em uma baixa capacidade de atendimento; demonstrou que nos últimos 05 (cinco) anos
180 foram apenas 322 (trezentos e vinte e dois) procedimentos apenas, sendo somente 08
181 (oito) pacientes do Estado do Paraná. Ana Raggio agradeceu à Olga e a toda equipe da
182 SESA pela disponibilidade em ali estar e realizar tal exposição, ainda mais considerando-
183 se o momento vivenciado; a coordenadora expressou que o TFD é, evidentemente, um
184 programa em pleno funcionamento, mas que o desafio em relação à população LGBTI+
185 está posto, sobretudo, nas tensões com funcionários e/ou funcionárias que não têm
186 conhecimento que pessoas trans podem ter um atendimento específico em tratamento
187 Fora de Domicílio, ou mesmo que não conhecem o CPATT para realizar o
188 encaminhamento, além de um problema ainda mais drástico quanto a adolescentes trans
189 realizarem o tratamento TFD mesmo em Estados que têm condição e autonomia para tal.
190 Portanto, prosseguiu a coordenadora, o enfoque passa por reforçar e divulgar mais
191 intensamente as informações voltadas ao tema, especialmente se a explanação estiver
192 voltada aos direitos das pessoas trans; o outro desafio, esse em âmbito nacional, exprimiu
193 a Ana, é o do processo cirúrgico de redesignação sexual, já que o protocolo TFD não
194 poderia dar conta de resolver a esmagadora demanda se os serviços seguem tão



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

195 escassos. Ana Raggio disse que há o compromisso de que esta pauta retorne ao
196 conselho em setembro, quando, supostamente, toda a população adulta do Paraná estará
197 vacinada com a 1ª dose da vacina contra a Covid-19, portanto, a SESA poderia articular
198 de maneira mais eficiente em outras vias e fluxos. A colaboradora Renata, que levou à
199 solicitação ao conselho, expressou que se sente negligenciada e invisibilizada quando se
200 trata de saúde pública transexualizadora, haja vista que a ausência do devido tratamento
201 através da hormonoterapia lhe imputa uma série de graves danos psicológicos em virtude
202 do comportamento de seu corpo; indicou que sua revolta não se volta à estrutura do TFD,
203 sobretudo por ser conhecido de seu funcionamento à população heteronormativa e à
204 demais demandas, mas suplicou que se recorde que há pessoas trans que precisa se
205 sentir incluída na saúde pública – e não excluída de unidades básicas, como acontece
206 com frequência. Renata frisou, ainda, que a não descentralização potencializa o descaso
207 com às cidades interioranas, onde também há pessoas que necessitam do atendimento
208 de políticas públicas contínuas. A colaboradora prosseguiu e demarcou que o serviço não
209 pode se basear em políticas paliativas, tão pouco pode-se adiar as discussões, à mercê
210 das trocas de gestão; por isso, suplicou por sensibilidade e responsabilidade. A palavra
211 passou à Bruna Ravena, que frisou a fala da colaboradora Renata, apontando que os
212 maiores índices reivindicação é o interior do Estado, que conta com serviços de saúde
213 precários, esperas infinitas, servidores despreparados para lidar com o tratamento e afins;
214 por isso, também reivindicou suporte da SESA, fortalecido por um trabalho estadual de
215 cobrança e fiscalização do atendimento. Expôs a obtusa e lancinante associação entre o
216 tratamento com hormonioterapia e o tratamento à HIV, associando pessoas trans a uma
217 doença, quando em sua boa parte são saudáveis, impondo-lhes mais uma negatividade.
218 Questionou sobre a possibilidade de se valer das farmácias do Estado para que seja
219 realizada dispensação de medicamentos para a hormonização de pessoas trans, além de
220 perguntar sobre o acordo de parcerias com as universidades federais, onde se poderia
221 articular como pré-regionais e disponibilizar o tratamento; haja vista que a unificação
222 CPATT com Oswaldo Cruz, um centro de referência a tratamentos infecciosos, a farmácia



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

223 é a mesma e o serviço pode ser ampliado dessa maneira, avançando-se a abrangência
224 do atendimento em um sistema já existente. Bruna, por fim, solicitou o material
225 apresentado por Olga. Agora, à colaboradora Thamirys, que expôs sobre sua experiência
226 em ter solicitado o TFD ao tratamento de sua filha, realizado o pedido em um laboratório
227 em São Paulo, por onde passou por 03 (três) pediatras de unidades básicas do SUS que
228 não tinham conhecimento que poderiam prescrever o TFD ao caso da menina, lidando-a
229 como uma aberração. Disse que no Brasil há 03 (três) ambulatórios específicos a crianças
230 e adolescentes, sendo que apenas 01 (um) deles fornece a medicação, com uma fila
231 inacessível; caso o fornecimento ocorresse via farmácia de Curitiba, mencionou, como em
232 todo o Paraná, facilitaria às famílias, considerando ainda que o acompanhamento de
233 crianças que realizam o bloqueio hormonal acontece a cada 03 (três) meses, mas, por
234 outro lado, exige-se um desdobramento mensal apenas para que se obtenha a
235 medicação, o que é inviável para numerosas famílias. Após esse bloco, a fala retornou à
236 SESA. Responderam à Bruna que toda equipe está à disposição, e explanou-se uma
237 breve contextualização histórica do CPATT: desde 2013, iniciou uma articulação na
238 divisão ali representada sendo orientados pelo Sr. Chico, mas que este fora desvinculado
239 por conta da associação que havia imputada, nessa construção, entre pessoas trans e o
240 HIV, mas que o trabalho interno segue, do qual exprimiu da articulação com a
241 coordenação de promoção da igualdade. A SESA, na pessoa da Mara, manifestou sua
242 preocupação, sim, com o tema, para qual as representantes solicitaram apoio das
243 instituições da Sociedade Civil e do Comitê LGBT, afinal, pois há alguns desencontros,
244 como quando ocorreu a abertura de mais 10 vagas para tratamento e houvera apenas 03
245 comparecimentos; disse também que a pactuação destina 50% do atendimento em
246 Curitiba e a outra parte às cidades do interior, tão logo, há de se fortalecer trabalhos de
247 divulgação quando ocorre os chamamentos. Pediu-se consideração ao trabalho de
248 enfrentamento à pandemia, que exige um trabalho sem precedentes. Olga deixou o
249 compromisso ao Comitê de divulgação aos profissionais do cumprimento de direitos que
250 se deve haver. Manifestando que a expansão ambulatorial passa pela conformidade às



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

251 portarias, sugeriu que junto aos conselhos locais de saúde sejam aprovados processos de
252 encaminhamentos para novas habilitações, o que precisaria ser articulado internamente. A
253 colaboradora Rafaelly rememorou sua atuação e diálogo com a SESA, inclusive de sua
254 participação, representando a sociedade civil, na formação e publicação das portarias que
255 instituem o tema; considerou o atraso imposto pelo desastre pandêmico na ampliação do
256 CPATT. Sugeriu a realização de um matriciamento de todo processo, com ausência de
257 custos à secretaria; disse também que, sendo os ambulatórios estaduais, poder-se-ia
258 introduzir profissionais em unidades de referência das regionais, podendo, é claro, ser
259 iniciado paulatinamente, promovendo a idealizada descentralização. Em relação ao
260 credenciamento, a colaboradora Liza questionou se o corpo clínico encontra-se completo
261 para atendimento; e também frisou a necessidade de orientação aos médicos e demais
262 profissionais. Lembrou que o Hospital HC teve uma capacitação para realização da
263 redesignação sexual, mas que é provável que tais profissionais não mais por lá se
264 encontrem. O colaborador Fabian apontou a importância da disponibilização do material
265 usado para apresentação, haja vista sua reprodução no interior, e apontou que sentiu falta
266 das estatísticas que indicassem o uso da TFD nas modalidades ambulatoriais, além das
267 hospitalares do processo transsexualizador; solicitou que se oficie às UBS's para que
268 realizem e mantenham um processo de formação continuada, haja vista o alastrado
269 desconhecimento que os profissionais demonstram em relação à TFD – que junto com
270 todos atrasos, com todo universo de preconceito, apenas leva a população trans a um
271 grau de estresse estratosférico. A SESA reforçou o compromisso com a divulgação e
272 formação continuada e expressiu que abordará maneiras de lidar com o assunto de
273 maneira efetiva. Responderam à Liza que há uma evidente defasagem no corpo clínico. A
274 colaboradora Jéssica questionou sobre a assimetria que é discutir o TFD quando não há,
275 de fato, atendimento em consultas; deu exemplo de seu município, Maringá, onde relatou
276 um desestímulo em relação à procura ao CPATT, já que as esperanças de ser
277 contemplado ou contemplada é escassa. Por isso, apontou que a discussão deve,
278 sobretudo, incidir sobre a implementação dos ambulatórios regionais, descentralizando o



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

279 atendimento. A colaboradora Karol reforçou sobre a viabilidade de descentralizar o
280 atendimento, a partir da expansão ambulatorial, o que ainda mencionou ser mais prático
281 ao próprio sistema, além de potencializar a acessibilidade. Por fim, a coordenadora Ana
282 Raggio registrou o compromisso de que na próxima reunião se aborde ampliação
283 laboratorial e a necessidade do atendimento hospital das cirurgias, convidando-se
284 membros do HC, além de articular com alguns municípios que estejam interessados em
285 participar do processo; agradeceu a presença e exposições das representantes da SESA.
286 Solicitou, assim, presença da SESA na próxima na reunião para dar sequência ao tema, e
287 Ana Raggio ainda pautou a presença eventual de algum representante do Ministério da
288 Saúde, se possível. **9. Evento Sobre Visibilidade Lésbica:** a coordenadora Ana Raggio
289 solicitou que o evento seja alterado para uma menção dentro do Curso de Formação,
290 tendo em vista que a demanda de trabalho é confluyente, ou seja, associar-se-iam as
291 questões; além dos trabalhos do curso tornarem exíguo o tempo para demais eventos.
292 Encaminhamento aprovado. **Encerramento:** dado o montante de pautas ainda em voga,
293 a serem abordadas, enquanto, em contrapartida, o tempo de reunião já fora estourado,
294 ficaram adiados os assuntos pendentes, tratados em uma reunião extraordinária
295 agendada para o dia 26/05/2020, no período da tarde. Assim, a coordenadora Ana
296 agradeceu a participação de todos, todas e todes e encerrou a reunião. A presente ata foi
297 lavrada por Gabriel de Franco Rocha e revisada por Daiane Pego.